

Aviso de Contratação 9/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2024	985829-PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO	DAYANNE HERDY DA SILVA GUIMARAES	08/03/2024 10:55 (v 2.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		PROCESSO Nº 18 /2024

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 09/2024

(Processo Administrativo n.º18/2024)

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, por meio do Setor de Compras, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço global*, na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 13/03/2023

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 15:00

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: *menor preço global*

Os interessados em participar da dispensa eletrônica deverão efetuar seu cadastro no sistema SIGA, conforme instruções contidas no endereço www.compras.rj.gov.br/cadastro-de-fornecedores.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de locação de brinquedos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço global*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

ITEM	OBJETO	COD. CATSER	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	<p>Contratação de empresa para prestação de serviço de locações de brinquedos com os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 Unidades de Cama elástica com monitores - Tamanho aproximado de 3,10; • 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; • 04 Carros grandes (Mini Kart) suportando até 120kg; • 01 Touro Mecânico; • 01 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. • 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. • Carrinhos de picolés contendo 250 (duzentos) unidades de sabores diversos. <p>Duração média de evento é de 04 horas,</p>	18236	Locação /Dia	06	R \$ 4.714,20	R \$ 28.258,18
2	<p>Contratação de empresa para prestação de serviço de locações de brinquedos com os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 01 Unidades de Cama elástica com monitores - Tamanho aproximado de 3,10; • 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; • 01 Alpinismo Mega; • 01 Touro Mecânico; • 01 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. 	18236	Locação /Dia	02	R \$ 4.930,25	R \$ 9.860,49

	<ul style="list-style-type: none"> 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. Carrinhos de picolés contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de sabores diversos. <p>Duração média de evento é de 04 horas.</p>					
3	<p>Contratação de empresa para prestação de serviço de locações de brinquedos com os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> 02 Unidades de Cama elástica com monitores - Tamanho aproximado de 3,10; 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; 02 Máquinas de Espuma – Banho de Espuma, com monitores; 01 High Jump; 01 Alpinismo Mega; 01 Touro Mecânico; 02 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. Carrinhos de picolés contendo 1000 (mil) unidades de sabores diversos. <p>Duração média de evento é de 04 horas.</p>	18236	Locação /Dia	01	R \$ 12.350,00	R \$ 12.350,00
4	<ul style="list-style-type: none"> Trem mágico para o natal, contendo 02 vagões, comportando até 100 pessoas e sonorização ambiente, Duração de 06 horas, de 17:00 às 23:00. Com trajeto pelas ruas da cidade. 	18236	Locação /Dia	01	R \$ 6.515,00	R \$ 6.515,00

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

1.

1.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

1.2. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

1.3. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

1.4. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

- 1.5. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
- 1.5.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
 - 1.5.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 1.5.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a. 1.5.3.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b. 1.5.3.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c. 1.5.3.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d. 1.5.3.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e. 1.5.3.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - f. 1.5.3.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

1.

1.1.

1.1.1.

- 1.1.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 1.1.1.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 1.1.2. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 1.1.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA

INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.
4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
 - 4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
 - 4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - 9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
 - 9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
 - 9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
12. *Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).*
 - 12.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

- 12.2. *Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;*
- 12.3. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

1. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

4. FASE DE LANCE

1.

- 1.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 1.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 1.3. O lance deverá ser ofertado pelo *valor unitário* do item, levando em consideração que vencerá o fornecedor que obter o melhor preço global.
- 1.4. *O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.*
- 1.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 1.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *0,01 (um centavo)*.
- 1.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 1.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 1.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 1.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 1.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

1.

- 1.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.
- 1.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
- 1.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o

primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

1.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

1.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

1.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1.4.1. SICAF;

1.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

1.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

1.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

1.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

1.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

1.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

1.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

1.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

1.8.1. conter vícios insanáveis;

1.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

1.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

1.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

1.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

1.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

1.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos,

ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

1.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

1.10. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

1.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

1.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

1.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

1.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

1.

1.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

1.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

1.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

1.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

1.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (dois), sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

1.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

1.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

1.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

1.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

1.

- 1.1. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 1.2. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 1.3. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 1.4. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
2. O adjudicatário terá o prazo de *05 (cinco) dias úteis*, contados a partir da data de sua convocação, para *assinar o Termo de Contrato **OU** aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização)*, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.
4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
5. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*
 - 5.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*
 - 5.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*
 - 5.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*
6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
7. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1.
 - 1.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
 - 1.1.1.
 - 1.1.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 1.1.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- 1.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 1.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 1.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 1.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 1.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 1.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 1.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 1.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 1.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - 1.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 3. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 4. Multa moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 5. Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 6. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 7. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
 8. Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
 9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
1.
 - 1.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 144/2023.
 - 1.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.
 2. 1.No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
 3. 2.replicar o presente aviso com uma nova data;
 4. 3.valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
 5. 4.No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 6. 5.fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
 7. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
11. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
12. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
13. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
14. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
15. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
16. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
17. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Memória de Cálculo

ANEXO III – Planilha de Formação de Custo

ANEXO IV – Proposta de Preço

Cordeiro, 07 de março de 2024.

10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

DAYANNE HERDY DA SILVA GUIMARAES

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 08/03/2024 às 10:55:06.

JEAM CUMIAL MACHADO

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 06 - Termo de Referencia Dispensa - Lei 14133.2021.pdf (406.87 KB)
- Anexo II - 07 - ESTIMATIVA DE CONSUMO E MEMORIA DE CALCULO.pdf (147.43 KB)
- Anexo III - 03 - PLANILHA DE PRECO COM OS FORNECEDORES.pdf (106.25 KB)
- Anexo IV - COTACAO 18 LOCACAO DE BRINQUEDO 2024.pdf (349.44 KB)

**Anexo I - 06 - Termo de Referencia Dispensa - Lei
14133.2021.pdf**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **Prestação de Serviço de Locações de Brinquedos** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2 O critério de julgamento adotado será o **menor preço, GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

1.3 **Os fornecedores serão selecionados, na forma eletrônica**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

1.4 O objeto desta contratação **não se enquadra** como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e Decreto Municipal nº 144, de 28 de dezembro de 2023.

1.5 Este Termo de Referência oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

ITEM	OBJETO	COD. CATSER	UND	QUA NT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Contratação de empresa para prestação de serviço de locações de brinquedos com os seguintes itens: ✓ 01 Unidades de Cama elástica com monitores - Tamanho aproximado de 3,10; ✓ 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; ✓ 04 Carros grandes (Mini Kart) suportando até 120kg; ✓ 01 Touro Mecânico; ✓ 01 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. ✓ 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. ✓ Carrinhos de picolés contendo 250 (duzentos) unidades de sabores diversos. Duração média de evento é de 04 horas,	18236	Locação/Dia	06	R\$ 4.714,20	R\$ 28.285,18
2	Contratação de empresa para prestação de serviço de locações de brinquedos com os seguintes itens: ✓ 01 Unidades de Cama elástica com monitores - Tamanho aproximado de 3,10; ✓ 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; ✓ 01 Alpinismo Mega; ✓ 01 Touro Mecânico; ✓ 01 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. ✓ 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. ✓ Carrinhos de picolés contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de sabores diversos. Duração média de evento é de 04 horas.	18236	Locação/Dia	02	R\$ 4.930,25	R\$ 9.860,49



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

3	Contratação de empresa para prestação de serviço de locações de brinquedos com os seguintes itens: ✓ 02 Unidades de Cama elástica com monitores - Tamanho aproximado de 3,10; ✓ 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; ✓ 02 Máquinas de Espuma – Banho de Espuma, com monitores; ✓ 01 High Jump; ✓ 01 Alpinismo Mega; ✓ 01 Touro Mecânico; ✓ 02 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. ✓ 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. ✓ Carrinhos de picolés contendo 1000 (mil) unidades de sabores diversos. Duração média de evento é de 04 horas.	18236	Locação/Dia	01	R\$ 12.350,00	R\$ 12.350,00
4	✓ Trem mágico para o natal, contendo 02 vagões, comportando até 100 pessoas e sonorização ambiente, Duração de 06 horas, de 17:00 às 23:00. Com trajeto pelas ruas da cidade.	18236	Locação/Dia	01	R\$ 6.515,00	R\$ 6.515,00

OBS: A EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME, TERÁ QUE APRESENTAR AMOSTRA DOS BRINQUEDOS, APRESENTAR OS BRINQUEDOS CONTRATADOS NESTE TERMO DE REFERENCIA DEVIDAMENTE MONTADOS; OS BRINQUEDOS DEVERÃO SEGUIR NORMAS DA ABNT; A EMPRESA NÃO PODERÁ SUBLOCAR OS BRINQUEDOS; A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM NO MÍNIMO 03 EMPRESAS; A EMPRESA SERÁ RESPONSÁVEL POR MONTAR E DESMONTAR O EQUIPAMENTO; TODOS OS BRINQUEDOS DEVERÃO TER MONIORES.

2. ALINHAMENTO E PREVISÃO EM INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

2.1 O objeto da presente contratação **não está** previsto no Plano de Contratações Anual do ano corrente.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 A contratação de empresa para prestação de serviço de locação de brinquedos se justifica face ao interesse da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, com objetivo de fomentar o desenvolvimento social e relação afetiva entre as crianças/adolescentes cadastrados nos CRAS, através de recreação e brincadeiras, através de eventos e projetos. A locação de brinquedos também será realizada em eventos e ações promovidos pelo CREAS.

A quantidade do serviço está relacionada as necessidades de cada Equipamento.

4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1 O serviço do objeto será **realizado de Forma Parcial**.

4.1.1 O processo será valido somente no exercício de 2024.

4.2 O serviço deverá ser fornecido, conforme solicitado na **Ordem de Serviço** expedida pela **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos**.

4.3 O item solicitado pela **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos** deverá ser realizado conforme os endereços na planilha abaixo, acompanhados da fatura ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da **Ordem de Serviço**, dentro do prazo estabelecido no item 4.1.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

ITEM	EVENTOS	DATA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Expo Kids – Parque de Exposições Raul Veiga de Cordeiro/RJ	12/10/2024	02 Unidades de Cama elástica com monitores – Tamanho aproximado de 3,10; 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; 02 Unidades de Bomba de Espuma para banho de espuma, com monitores; 01 High Jump; 01 Alpinismo Mega; 01 Touro Mecânico; 02 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. Carrinhos de picolés contendo 1000 (mil) unidades de sabores diversos. Duração média do evento é de 04 horas, começando às 15:00.	01 dia
02	Dia das Crianças – SCFV Local a Definir dentro do município de Cordeiro/RJ	11/10/2024	01 Unidades de Cama elástica com monitores – Tamanho aproximado de 3,10; 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; 04 Carros grandes (Mini Kart) suportando até 120kg; 01 Touro Mecânico; 01 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. Carrinhos de picolés contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de sabores diversos. Duração média do evento é de 04 horas, começando às 13:00.	01 dia
03	Dia das Crianças – Zona Rural Pena	09/10/2024	01 Unidades de Cama elástica com monitores – Tamanho aproximado de 3,10; 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; 04 Carros grandes (Mini Kart) suportando até 120kg; 01 Touro Mecânico; 01 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. Carrinhos de picolés contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de sabores diversos. Duração média do evento é de 04 horas, começando às 13:00.	01 dia



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

04	Festa final de Ano – SCFV Local a Definir dentro do município de Cordeiro/RJ	10/12/2024	01 Unidades de Cama elástica com monitores - Tamanho aproximado de 3,10; 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; 04 Carros grandes (Mini Kart) suportando até 120kg; 01 Touro Mecânico; 01 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. Carrinhos de picolés contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de sabores diversos. Duração média do evento é de 04 horas, começando às 13:00.	01 dia
05	Festa final de Ano – Zona Rural Pena	11/12/2024	01 Unidades de Cama elástica com monitores - Tamanho aproximado de 3,10; 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; 04 Carros grandes (Mini Kart) suportando até 120kg; 01 Touro Mecânico; 01 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. Carrinhos de picolés contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de sabores diversos. Duração média do evento é de 04 horas, começando às 13:00.	01 dia
06	CREAS – TRABALHO INFANTIL Local a Definir dentro do município de Cordeiro/RJ	18/05/2024	01 Unidades de Cama elástica com monitores - Tamanho aproximado de 3,10; 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; 01 Alpinismo Mega; 01 Touro Mecânico; 01 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. Carrinhos de picolés contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de sabores diversos. Duração média do evento é de 04 horas, começando às 13:00.	01 dia
07	CREAS - EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL Local a Definir dentro do município de Cordeiro/RJ	12/06/2024	01 Unidades de Cama elástica com monitores - Tamanho aproximado de 3,10; 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; 01 Alpinismo Mega 01 Touro Mecânico; 01 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. Carrinhos de picolés contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de sabores diversos. Duração média do evento é de 04 horas, começando às 13:00.	01 dia



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

08	Final de ano – Ponto de Embarque, centro do Município de Cordeiro/RJ	14/12/2024	Trem mágico para o natal, contendo 02 vagões, comportando até 100 pessoas e sonorização ambiente, Duração de 06 horas, de 17:00 às 23:00. Com trajeto pelas ruas da cidade.	01 dia
09	Local a definir	Data a definir	01 Unidades de Cama elástica com monitores - Tamanho aproximado de 3,10; 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; 04 Carros grandes (Mini Kart) suportando até 120kg; 01 Touro Mecânico; 01 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. Carrinhos de picolés contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de sabores diversos. Duração média do evento é de 04 horas, começando às 13:00.	01 dia
10	Local a definir	Data a definir	01 Unidades de Cama elástica com monitores - Tamanho aproximado de 3,10; 01 Unidades de Tobogã Inflável com monitores – Tamanho médio; 04 Carros grandes (Mini Kart) suportando até 120kg; 01 Touro Mecânico; 01 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. Carrinhos de picolés contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de sabores diversos. Duração média do evento é de 04 horas, começando às 13:00.	01 dia



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

4.4 Os materiais deverão estar em bom estado.

4.5 O produto solicitado não poderá ser substituído, sem a autorização prévia da Secretaria solicitante, mesmo que seja por material de qualidade equivalente. Caso haja necessidade de substituição, a mesma deverá ser solicitada por escrito e com comprovação das devidas justificativas, para que possa ser analisada pela Secretaria juntamente com o Jurídico da Prefeitura.

4.6 **A Ordem de Serviço** deverá conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa do número do processo e do empenho, identificação da Contratada, as especificações do objeto, quantidade, data, horário e endereço de entrega do objeto.

4.7 **A Ordem de Serviço** será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive email ou correio eletrônico.

4.8 A eventual reprovação dos produtos, em qualquer fase de sua entrega, não eximirá o Contratante da aplicação das multas a que está sujeita a Contratada.

4.9 Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, decorrentes da entrega e da aquisição do objeto deste Termo.

4.10 O Objeto do presente Termo de Referência deverá ter **garantia mínima de 03 meses**, contada do recebimento definitivo do **serviço**, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante caso o prazo seja superior.

4.11 Durante o período de garantia, a contratada obrigará-se a substituir por serviço tecnologicamente equivalente ou superior ou reparar, sem ônus para o **Municipal de Assistência Social**, o objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou de sua correta utilização, que não mais exista no mercado, ou que estejam fora de linha de fabricação em razão de evolução tecnológica ou que, por qualquer motivo o fabricante não mais o produza, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do dia seguinte ao da notificação de inconformidade.

4.12 O pedido de substituição ou reparo do objeto, durante o período de garantia, poderá ser formalizado por telefone, e-mail, ofício ou outro meio hábil de comunicação.

4.13 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 Efetuada a entrega, o seu recebimento será realizado na forma do inciso I do art. 140 da Lei nº. 14.133/2021:

a - Provisoriamente, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis da entrega do objeto, pelo Município de Cordeiro, que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Termo de Referência e do Aviso de Contratação Direta, da proposta e da nota de empenho. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

b - Definitivamente, pelo responsável, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, para verificação da conformidade dos produtos entregues com as especificações da solicitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

5.2 O aceite do objeto pelo setor responsável não exclui a responsabilidade civil do licitante por vício de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas na **RELAÇÃO DE ITENS DO PROCESSO**.

5.3 A Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA, no momento da conclusão do fornecimento do objeto, deverá vir acompanhada de todos os relatórios aqui previstos e solicitados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

5.4 A **Secretaria** se reserva o direito de solicitar novos relatórios para conferência, de acordo com a necessidade.

5.5 Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade da execução dos serviços pelo prazo estabelecido, e estará obrigada a substituir ou refazer aquele que apresentarem falhas.

5.6 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 horas (vinte e quatro horas), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

5.7 A Contratante se reserva o direito de não receber os produtos que estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.

5.8 O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelos padrões adequados de qualidade e garantia dos produtos fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

6. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados após a análise da conformidade dos produtos entregues com o discriminado na respectiva nota fiscal, mediante o aceite pelo Secretário solicitante, e de acordo com a programação financeira da Administração Municipal.

6.2. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto e da respectiva nota fiscal da licitação pela contratante.

6.3. Não serão pagas faturas que contenham rasuras ou apresentem descrição de serviços em desacordo com a autorização emitida pela Secretaria solicitante e com este Termo de Referência.

6.3.1. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à vencedora e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias úteis após a data de sua reapresentação válida.

6.4 O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente do fornecedor, por ordem bancária em prazo não superior a 30 (trinta) dias da emissão da Fatura ou Nota Fiscal. Sob nenhuma hipótese será acatada cobrança através de Boleto Bancário.

6.5 O pagamento de cada fornecimento será efetuado pela Secretaria Correspondente em prazo não superior ao 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da contratada.

6.6 Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Município de Cordeiro, o devido será acrescido de 1% (um por cento) a título de multa, incidindo uma única vez, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

6.7 O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretário Municipal do órgão requisitante do Município de Cordeiro.

6.8 Caso o Município de Cordeiro efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

6.9 A contratada deverá emitir Nota Fiscal contendo as informações necessárias à conferência do material especificado para cada item.

6.10 As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome e endereço do órgão contratante.

6.11 Havendo identificação na Nota Fiscal ou Fatura de cobrança indevida, o fato será informado à contratada e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal dos serviços devidamente corrigida, sendo atestada pelo responsável designado pelo Gestor do Contratante.

6.12 A identificação de cobrança indevida na Nota Fiscal, por parte do Município de Cordeiro, deverá ocorrer em no máximo 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo órgão requisitante.

6.13 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual, inclusive.

6.14 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1 Previamente à celebração do contrato/instrumento semelhante, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/cnep).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

7.5 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

7.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.7 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

7.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.9 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.11 Para fins de habilitação, **deverão os interessados** comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

7.11.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

i) **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, § 2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

j) **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.11.1.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.11.2 DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

h) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

i) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e dispensado da apresentação do balanço patrimonial.

7.11.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- d) As empresas criadas no exercício financeiro desta Contratação Direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- e) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menor de 2 (dois) anos e deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital-ECD ao Sped;
- f) As empresas criadas no exercício financeiro desta contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º);
- g) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.11.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
- b) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da presente contratação.

8. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 - DA CONTRATADA:

- a) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados;
- b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.
- c) Atender satisfatoriamente em consonância com as regras contratuais.
- d) Fornecer os produtos conforme proposto pela Contratante durante o prazo de vigência do contrato, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.
- e) Manter, durante toda a execução da **Ordem de Serviço**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação direta.
- f) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por empregados, representantes ou prepostos, direto ou indiretamente, durante os prazos de validade da garantia dos mesmos.
- g) Atender com prioridade as solicitações do Contratante, para execução dos serviços;
- h) Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

- i) Utilizar pessoal próprio ou credenciado, responsabilizando-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento e entrega dos produtos;
- j) Retirar, transportar, substituir, reparar, corrigir e remover, imediatamente, às suas expensas, todo ou em parte, produtos em que se verifique danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados na notificação pela organização.
- k) A Contratada deverá observar detalhadamente a descrição de cada item, visto que existem normas a serem seguidas sob fiscalização tanto desta Secretaria como do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e União.
- l) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.
- m) A Contratada deverá dar total assistência às Secretarias, durante a vigência do processo (tanto por E-mail e/ou por Telefone).

8.2 - DA CONTRATANTE:

- a) Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários ao fornecimento dos produtos;
- b) Notificar à Contratada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento dos produtos constantes da **Ordem de Serviço**.
- c) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.
- d) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, na forma estabelecida no Termo de Referência.
- e) Providenciar a inspeção do fornecimento dos produtos entregues pela Contratada.
- f) Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Termo de Referência.
- g) Fazer consulta prévia ao Chefe do Setor de Contabilidade quanto à existência de Dotação Orçamentária, para a efetiva aquisição do **serviço**.
- h) Fazer consulta prévia à Secretaria de Fazenda quanto à existência de saldo financeiro, procedendo que à reserva prévia, no valor do material a ser solicitado.

9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada de acordo com os termos do artigo 117 da Lei nº. 14.133/2021 e com o que versa a Seção II do Decreto Municipal nº 144/2023 – Da Gestão e da Fiscalização dos Contratos.

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados (...), ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

§ 3o O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

9.2 Nos termos do Artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados será:

- Sr. Lucas Pimentel Alves Pereira – Matrícula 06211403 – Cargo: Subsecretário;

9.3. A fiscalização é exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e nesta hipótese, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

9.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5 A aceitação estará condicionada à devida fiscalização, pelo servidor acima mencionado, sem o qual não será permitido nenhum pagamento.

9.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.8 Após a assinatura da Nota de Empenho, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 **Não será** admitida a subcontratação do objeto contratado, salvo se houver autorização por escrito do **Município de Cordeiro**.

10.2 O Termo de Referência maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- II. Multa moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- III. Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- IV. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- V. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- VI. Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- VII. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 144/2023.

11.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 A presente contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

2301 081220045 2.076 339039 07 1704
2301 082440046 2.082 339039 34 1660
2301 082440047 2.083 339039 40 1661

13. DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pela **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos**, em conformidade com a legislação pertinente e sempre de acordo com o presente Termo de Referência.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A participação de qualquer empresa proponente no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições.

Cordeiro, 04 de março de 2024.

Jeam Cumial Machado
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

**Anexo II - 07 - ESTIMATIVA DE CONSUMO E
MEMORIA DE CALCULO.pdf**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

ESTIMATIVA DE CONSUMO E MEMÓRIA DE CÁLCULO							
--	--	--	--	--	--	--	--

Item	CONSUMO					MÉDIA ANUAL	ESTOQUE ATUAL	QUANTIDADE MÍNIMA
	2019	2020	2021	2022	2023			
Cama elástica – Tamanho Aproximado 3,10. Duração média de 04 horas cada evento.	15	0	0	10	6	6,2	0	6,2
Tobogã Inflável – Tamanho médio - Duração média de 04 horas cada evento.	15	0	0	10	6	6,2	0	6,2
Bomba de Espuma para banho de espuma - Duração média de 04 horas cada evento.	0	0	0	0	6	1,2	0	1,2
Carro – Circuito de Carros (Mini Kart) – Contendo 04 carros grandes suportando até 120kg. Duração média de 04 horas cada evento.	0	0	0	0	6	1,2	0	1,2
Touro mecânico - Duração média de 04 horas cada evento.	0	0	0	0	6	1,2	0	1,2

Maquina de fazer pipoca, incluindo o operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca, óleo e sal. Duração média de 04 horas cada evento.	15	0	0	10	6	6,2	0	6,2
Maquina de fazer algodão doce, incluindo o operador e todo material necessário, como: palito, açúcar...etc. Duração média de 04 horas cada evento.	15	0	0	10	6	6,2	0	6,2
Trem Mágico para o Natal – Duração média de 05 horas.	0	0	0	0	1	0,2	0	0,2

OBS: NO EXERCICIO DE 2024 A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COMO LOCAÇÃO DE BRINQUEDO SERÁ FEITA POR EVENTO. ANTERIORMENTE ERA REALIZADA POR BRINQUEDO.

**Anexo III - 03 - PLANILHA DE PRECO COM OS
FORNECEDORES.pdf**

PLANILHA DE PESQUISA DE PREÇOS - CONSTA EM ANEXO

Item	Descrição	Unidade	Quant	ESTIMATIVA	Fornecedores										SOMA	
					WALTER MIGUEL FERREIRA	PREFEITURA MUNICIPAL IPIRA	ADRIANA JORGETTI	CRISTIANE PEREIRA DA SILVA	W L BENVENUTI SORVETES	JOÃO PEDRO ERTHAL						
1	Locação de Brinquedos - conforme doc. De formalização de demanda.	Locação/dia	2	R\$ 4.930,25	R\$ 0,00		R\$ 5.562,00	R\$ 11.124,00	R\$ 4.558,98	R\$ 9.117,96	R\$ 4.600,00	R\$ 9.200,00	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 19.720,98	R\$ 39.441,96
2	Locação de Brinquedos - conforme doc. De formalização de demanda.	Locação/dia	6	R\$ 4.714,20	R\$ 0,00	R\$ 4.720,00	R\$ 3.962,00	R\$ 23.772,00	R\$ 4.588,98	R\$ 27.533,88	R\$ 5.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 5.300,00	R\$ 31.800,00	R\$ 23.570,98	R\$ 141.425,88
3	Locação de Brinquedos - conforme doc. De formalização de demanda.	Locação/dia	1	R\$ 12.350,00	R\$ 0,00			R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 12.200,00	R\$ 12.200,00	R\$ 12.500,00	R\$ 12.500,00	R\$ 24.700,00	R\$ 24.700,00
4	Locação de Brinquedos - conforme doc. De formalização de demanda.	Locação/dia	1	R\$ 6.515,00	R\$ 6.030,00			R\$ 0,00		R\$ 0,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.000,00		R\$ 0,00	R\$ 13.030,00	R\$ 13.030,00
					R\$ 0,00			R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00
				R\$ 28.509,44	R\$ 6.030,00			R\$ 34.896,00		R\$ 36.651,84		R\$ 58.400,00		R\$ 54.300,00		R\$ 218.597,84

**Anexo IV - COTACAO 18 LOCACAO DE BRINQUEDO
2024.pdf**



Estado do Rio de Janeiro
F.M.Assistência Social D.Humanos
"CORDEIRO - CIDADE EXPOSIÇÃO"

PROPOSTA DE PREÇO - ANEXO I

Pesquisa de Preços Nº 000002/2024 - Processo Nº 000018/2024

COTA PRINCIPAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE.	ESTIMATIVA UNITÁRIO	MARCA OFERECIDA	PREÇO UNITÁRIO
00001	CONTRATAÇÃO - Contratação de empresa para prestação de serviço de locações de brinquedos com os seguintes itens: 01 Unidades de Cama elástica - Tamanho aproximado de 3,10; 01 Unidades de Tobogã Inflável -Tamanho médio; 01 Alpinismo Mega; 01 Touro Mecânico; 01 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: mi-lho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. Carrinhos de picolés contendo 250 (duzentos e cinquenta) unidades de sabores diversos. Todos os brinquedos deverão ter monitores para orientação e utilização. Duração média de 04 horas cada evento.	LOCAÇÃO/DIA	2	0,00		
00002	LOCAÇÃO - Contratação de empresa para prestação de serviço de locações de brinquedos com os seguintes itens: 01 Unidades de Cama elástica - Tamanho aproximado de 3,10; 01 Unidades de Tobogã Inflável - Tamanho médio; 04 Carros grandes (Mini Kart) suportando até 120kg; 01 Touro Mecânico; 01 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. Carrinhos de picolés contendo 250 (duzentos) unidades de sabores diversos. Todos os brinquedos deverão ter monitores para orientação e utilização. Duração média de 04 horas cada evento.	LOCAÇÃO/DIA	6	0,00		



Estado do Rio de Janeiro
F.M.Assistência Social D.Humanos
"CORDEIRO - CIDADE EXPOSIÇÃO"

PROPOSTA DE PREÇO - ANEXO I

Pesquisa de Preços Nº 000002/2024 - Processo Nº 000018/2024

00003	LOCAÇÃO - Contratação de empresa para prestação de serviço de locações de brinquedos com os seguintes itens: 02 Unidades de Cama elástica - Tamanho aproximado de 3,10; 01 Unidades de Tobogã Inflável - Tamanho médio; 02 Máquinas de Espuma - Banho de Espuma, com monitores; 01 High Jump; 01 Alpinismo Mega; 01 Touro Mecânico; 02 Máquinas de fazer pipoca, incluindo operador e todo material necessário, como: milho de pipoca, saquinho de pipoca médio, óleo e sal. 01 Máquina de fazer algodão doce, incluindo operador e todo material necessário, como: açúcar, palito...etc. Carrinhos de picolés contendo 1000 (mil) unidades de sabores diversos. Todos os brinquedos deverão ter monitores para orientação e utilização. Duração média de 04 horas cada evento.	LOCAÇÃO/DIA	1	0,00		
00004	CONTRATAÇÃO - Trem mágico para o natal, contendo 02 vagões, comportando até 100 pessoas e sonorização ambiente, Duração de 06 horas, de 17:00 às 23:00. Com trajeto pelas ruas da cidade. Incluindo motorista e monitores.	SERVIÇO	1	0,00		



Estado do Rio de Janeiro
F.M.Assistência Social D.Humanos
"CORDEIRO - CIDADE EXPOSIÇÃO"

PROPOSTA DE PREÇO - ANEXO I

- Processo Nº /

										TOTAL			
DADOS DO FORNECEDOR													
Razão Social													
CNPJ													
Endereço													
Telefone				Celular									
E-mail													
DADOS DO SIGNATÁRIO - PARA ASSINATURA DO CONTRATO													
NOME													
CARGO				RG				CPF					
Dados Bancários				CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA								DECLARAMOS INTEIRA SUBMISSÃO AOS TERMOS DA LEI Nº 8.666/1993	
Banco												DATA: ____ / ____ / ____	
Agência													
Conta													
Validade da Proposta													